



MAGNIFIC/ DIVULGAÇÃO

Pesquisa indica que parte dos brasileiros adia ida ao médico

Sinais do câncer colorretal devem ser checados com rapidez

Apesar de reconhecerem que sintomas como presença de sangue nas fezes e mudança no fucionamento do intestino por mais de um mês podem ser graves, os brasileiros podem estar adiando a busca por assistência médica.

A presença desses dois sinais está entre os principais indicativos do câncer colorretal e deve ser investigada o quanto antes.

Esse é o alerta de um levantamento divulgado pelo Hospital A. C. Camargo e da Nexus, que ouviu mais de 2 mil pessoas sobre o câncer colorretal e seus sintomas.

Segundo as respostas colhidas no estudo, oito em cada dez entrevistados declararam ter consciência de que esses dois sintomas podem ser graves. Cerca de 67% dos entrevistados concordam que esses sintomas podem indicar a doença, e 24% concordam muito com essa afirmação.

Estudo mede impacto de barulho em peixes

O ruído de motores de embarcações, como lanchas e motos aquáticas, e de banhistas afeta a comunicação sonora entre os peixes, o que pode causar impactos negativos na alimentação, reprodução e defesa de território de várias espécies.

A constatação faz parte de um artigo de pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco, publicado na segunda, na revista científica Neotropical Ichthyology e divulgada pela Agência Bori, voltada a estudos científicos.

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Poluição sonora pode impactar reprodução e alimentação

Projeto mobiliza combate à violência de gênero

Entender as bibliotecas como um espaço para além do acesso à informação, mas também como um lugar de conscientização e desenvolvimento do pensamento crítico, é o que levou a pesquisadora Luciane Cavalcante a criar o projeto Medeia. Info. Uma iniciativa de mediação cultural em bibliotecas, focada no enfrentamento a violência de gênero.

“A gente precisa entender que o acesso à informação tem que também vir potencializado de ferramentas para estruturar essa informação para um uso”, explicou a pesquisadora.

MEC exige dados sobre equidade até quarta

Termina na quarta o prazo para que as redes estaduais e municipais de ensino enviem as informações do Diagnóstico Equidade 2026, com informações sobre o avanço na implementação da Lei nº 10.639/2003. A partir dela, se tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas. Segundo o MEC, até o momento, 96% dos questionários já foram enviados.

‘Carro voador’ I

Os critérios técnicos para testes e parâmetros de ruído em voo do Eve 100, modelo de “carro voador” em desenvolvimento pela Eve/Embraer, estão em consulta pública até o próximo dia 8, pela ANAC. O documento prevê como base que o som emitido chegue para os usuários a cerca de 15 decibéis, o que é semelhante a um sussurro.

‘Carro voador’ II

Esse tipo de certificação, primeiro inibicado para veículos elétricos de decolagem e pouso verticais, indica o avanço no processo de certificação ambiental e é um passo considerado necessário para a liberação das primeiras viagens, previstas ainda nessa década, e foram celebradas pelos executivos da start up

Prouni 2026/2 I

Os candidatos pré-selecionados na primeira chamada do Programa Universidade para Todos (Prouni) para o segundo semestre de 2026 devem, até sexta-feira (24), entregar à instituição privada de ensino superior para a qual foram pré-selecionados a documentação que comprova as informações prestadas no ato de inscrição.

Prouni 2026/2 II

Os candidatos podem conferir se constam na lista da primeira chamada, divulgada pelo Ministério da Educação (MEC) na última semana, diretamente no Portal Único de Acesso ao Ensino Superior, na parte do Prouni. A documentação comprobatória exigida está descrita no edital do processo seletivo. A entrega poderá ser feita presencialmente.

Câncer no sangue I

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou nesta segunda-feira (20), no Diário Oficial da União, o registro do medicamento Columvi (glofitamabe), que foi desenvolvido pelo laboratório Roche para tratamento de um tipo de câncer que acomete o sistema linfático que integra a defesa imunológica do corpo.

Câncer no sangue II

O Columvi, em combinação com gencitabina e oxaliplatina, é indicado para pacientes adultos com linfoma difuso de grandes células B não especificado recidivante ou refratário, quando não responde aos tratamentos iniciais. Também é recomendado aos pacientes sem condições clínicas elegíveis ao transplante autólogo de células-tronco



Nova regra procura ampliar a proteção às crianças, mas levanta preocupações

Regulamentação de trabalho infantil on-line acende alertas

Especialista aponta para riscos após Meta exigir documentos de menores

Por **Beatriz Cicci**

O trabalho de menores de idade nas redes sociais tem levantado preocupações relacionadas à segurança e à superexposição precoce. Em junho, uma nova medida do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Digital entrou em vigor, estabelecendo que crianças e adolescentes que monetizam conteúdos on-line devem apresentar um alvará judicial para o exercício de tal atividade.

Em resposta à mudança na norma, a Meta – empresa responsável pelo Facebook, Instagram e WhatsApp – passou a exigir a mesma documentação aos criadores de conteúdo mirins. Assim, os responsáveis deverão apresentar a autorização dentro de 20 dias. Caso contrário, a conta poderá ser suspensa.

A medida busca garantir que o trabalho infantil nas redes sociais seja monitorado pela Justiça, assegurando que ele seja exercido em conformidade com os direitos fundamentais previstos no ECA, como o acesso à educação, ao lazer, ao descanso e à convivência familiar. A regulamentação também seria fundamental para impedir a exploração abusiva desses menores pelos pais, além de

estabelecer limites para a jornada laboral.

Porém, especialistas alertam que a providência abre brechas perigosas. A advogada especialista em Direito de Família, Cyberbullying e Direitos da Criança e do Adolescente, Raphaella Marques, aponta que a medida valida algo que já é realizado informalmente: a transformação de crianças em força de trabalho comercial.

“Ao burocratizar a monetização de menores, a plataforma tenta se resguardar juridicamente, mas estamos lidando com a coleta de dados sensíveis e com a oficialização de uma rotina de trabalho que, muitas vezes, atropela o direito ao lazer e ao estudo”, avalia a advogada.

Marques ainda explica que o país não dispõe de uma ampla rede de proteção jurídica que dê suporte à medida.

“Entregar documentos e dados de menores para plataformas estrangeiras sem um ecossistema de proteção jurídica nacional forte é andar no escuro”, reitera a advogada. “Proteger a infância na era digital exige regulação estatal forte que puna as big techs por negligência, educação digital obrigatória nas escolas e conscientização ativa das famílias”.